

ANEXO 18

CADERNO DE PENALIDADES

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/2020

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES INICIAIS	4
2. DISPOSIÇÕES GERAIS	4
3. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA	6
4. TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES	7

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

- 1.1. A aplicação das penalidades seguirá o regramento estabelecido no CONTRATO, bem como os procedimentos e valores apresentados neste ANEXO.
- 1.2. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva definir as condutas infratoras e as respectivas penalidades a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita nos termos definidos no EDITAL e no CONTRATO.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. A apuração das infrações, bem como a aplicação das penalidades e/ou de quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO, ressalvada a imposição de medidas acautelatórias pela ARTESP, serão precedidas da instauração de processo administrativo sancionatório, regido pela Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 ("Lei Estadual nº 10.177/1998"), bem como seguirão o regramento estabelecido no CONTRATO e respectivos ANEXOS, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.

2.1.1. O processo de aplicação das penalidades terá início com a notificação da ARTESP para a CONCESSIONÁRIA, devidamente instruída, quando for o caso, com cópia do TERMO DE FISCALIZAÇÃO previsto na Cláusula 38.12 do CONTRATO, do qual deverá constar a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo para apresentação de defesa prévia, nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998.

2.1.2. É possível o processamento de infrações de idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, ainda que relativos a AEROPORTOS diferentes, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará a soma do número de infrações cometidas.

(i) Na hipótese de cumulação de infrações com idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, a verificação das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO, caso alegadas em defesa prévia por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada separadamente por AEROPORTO.

(ii) Constada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARTESP poderá aplicar penalidades separadamente.

- 2.2. Afastam a aplicação das penalidades previstas no EDITAL e no CONTRATO, desde que devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo, a ocorrência de força maior, caso fortuito e de inexigibilidade de conduta diversa, dentre outras causas excludentes de antijuridicidade e de culpabilidade previstas no CONTRATO, na legislação e na regulamentação pertinente.

- 2.3. Para os fins previstos no item 2.2, sem prejuízo das disposições que constam no CONTRATO, considera-se:

- (i) **FORÇA MAIOR e CASO FORTUITO:** os eventos assim considerados, nos termos do Código Civil, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e
- (ii) **INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA:** a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo, nos termos do item 2.2 acima.

Anexo 18 - Penalidades

- 2.4. Havendo reincidência de baixo desempenho em relação ao mesmo IQS, além de 3 (três) meses consecutivos ou não consecutivos, em um período de 12 (doze) meses, conforme apontado nos relatórios mensais para aferição do IQS, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à penalidade correspondente prevista neste ANEXO.
- 2.5. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.
- 2.6. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO e demais ANEXOS.
- 2.7. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas nas tabelas apresentadas abaixo, os níveis e grupos das penalidades respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.
- 2.8. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas na Tabela de Classificação de Infrações, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, a ARTESP, a seu critério, poderá conceder período adicional para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, nos termos da subcláusula 38.6 do CONTRATO, que seja tecnicamente compatível para a realização da obra ou serviço não executado.
- 2.8.1. O não cumprimento da obrigação dentro do período adicional concedido à CONCESSIONÁRIA acarretará a cobrança de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias, quando aplicadas, não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.
- 2.8.2. A não correção da irregularidade dentro do período adicional concedido à CONCESSIONÁRIA poderá resultar na instauração de novo processo administrativo sancionatório pela ARTESP.
- 2.9. A data base das Tabelas, constantes deste ANEXO é referente a [●], sendo que os valores das multas serão reajustados pelo IPCA/IBGE de dois meses anteriores ao pagamento dos valores devidos.
- 2.10. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.
- 2.11. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, instalar e manter, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, sistema digital via web específico para gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às penalidades aplicadas pela ARTESP e respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados.
- 2.11.1. A CONCESSIONÁRIA poderá fornecer acesso aos FINANCIADORES, mediante solicitação, acesso ao sistema de que trata o item 2.11 acima.
- 2.12. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento no prazo mínimo de 10 dias úteis contados da data em que notificada a respeito da prolação de decisão administrativa definitiva, se outro prazo não for definido, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará na formalização da expectativa de sinistro e da reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias, bem como poderá ensejar o desconto de valores da CONTA CENTRALIZADORA.
- 2.13. O não pagamento de multa eventualmente aplicada à CONCESSIONÁRIA, no prazo estipulado

Anexo 18 - Penalidades

neste CONTRATO, importará na incidência automática de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e na correspondente correção monetária pelo IPCA/IBGE, *pro rata die*, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente, sem prejuízo da inscrição do débito inadimplido no CADIN estadual.

2.14.A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que a ARTESP poderá levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitadas as normas previstas na Lei Estadual nº 10.177/1998.

2.15.Salvo disposição específica, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

3. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA

3.1. Os valores das multas serão calculados com base em percentual da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA e de suas eventuais subsidiárias integrais, apurada pela ARTESP, no ano-calendário anterior à prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade.

3.1.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha operado integralmente a infraestrutura aeroportuária concedida por um ano-calendário completo quando da prática da infração, a base de cálculo do valor da multa será equivalente à média anualizada da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA e de suas eventuais subsidiárias integrais auferida no primeiro ano-calendário da concessão.

3.2. Deverão ser observadas, para efeito de definição dos valores base das multas decorrentes de conduta infracional tipificada de forma específica no presente ANEXO, as tabelas A, B, e C, conforme caso verificado.

3.3. Os percentuais indicados nas tabelas A, B e C correspondem ao valor máximo de multa a ser aplicada, podendo a multa vir a ser aplicada em valor menor, conforme o caso e respeitados os critérios definidos no CONTRATO e neste ANEXO.

3.4. A definição do valor base da multa decorrente de conduta infracional não especificada nas tabelas indicadas A, B e C será realizada mediante análise do caso concreto, devendo ser considerados, quando aplicáveis, os seguintes critérios de ponderação:

3.4.1. As normas técnicas e de prestação de serviço;

3.4.2. A capacidade aeroportuária indisponibilizada;

3.4.3. Os danos, efetivos ou potenciais, resultantes da infração, para o serviço e para os USUÁRIOS, inclusive quanto à exposição da integridade física de pessoas a riscos;

3.4.4. O número de USUÁRIOS atingidos pelo evento; e,

3.4.5. As vantagens, efetivas ou potenciais, auferidas pela CONCESSIONÁRIA em virtude da infração praticada.

3.5. A definição dos valores base de multas aplicáveis aos casos previstos no item 3.4 decorrerá do cruzamento dos critérios descritos nos subitens 3.4.1 a 3.4.4 com o critério descrito no subitem 3.4.5.

3.6. Para a definição dos valores base de multas, qualquer que seja o evento que tenha justificado a sua aplicação, a ARTESP verificará a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme abaixo:

Anexo 18 - Penalidades

(i) Circunstâncias atenuantes:

- a. o reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa, do cometimento da infração objeto da apuração, que reduzirá em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- b. o concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenha influência no resultado produzido, que reduzirá em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- c. execução de medidas espontâneas da CONCESSIONÁRIA, resultando na cessão da infração e recomposição das condições ofendidas, no prazo para apresentação da defesa, que reduzirá em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa; e
- d. inexistência de infrações, definitivamente julgadas, praticadas nos 12 (doze) meses anteriores à data do cometimento da infração em julgamento, que reduzirá em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa.

(ii) Circunstâncias agravantes;

- a. a reincidência específica da CONCESSIONÁRIA no cometimento da infração nos últimos 12 (doze) meses, que elevará em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- b. a prática da infração mediante fraude ou má-fé, devendo incidir em 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c. não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, que elevará em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- d. exposição ao risco de integridade física de USUÁRIOS, que elevará em 30% (trinta por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- e. destruição de bens públicos, que elevará em 20% (vinte por cento) o valor base estabelecido para a multa; e
- f. a prática da infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração, que elevará em 30% (trinta por cento) o valor base estabelecido para a multa.

3.6.1. As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias atenuantes e agravantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento).

3.7. No processo de cálculo do valor base da multa aplicável às infrações descritas na Tabela B – Infrações Relacionadas a Obras e Investimentos (Grupo I), poderão ser considerados adimplementos parciais, desde que a parte da infraestrutura efetivamente disponibilizada se encontre apta à operação aeroportuária, tanto funcional quanto tecnicamente.

3.7.1. Na hipótese de ocorrência da situação prevista neste item, os valores indicados na tabela serão reduzidos de forma proporcional ao efetivo ganho operacional propiciado pela parte da infraestrutura entregue em comparação com o contratualmente exigido.

3.8. As multas aplicáveis às infrações de natureza continuada incidirão da data de início do descumprimento da obrigação até a data de retomada do cumprimento da obrigação, ou da data de decurso do prazo fixado, contratualmente ou por determinação da ARTESP, até a data em que seja verificado o adimplemento da obrigação ou o atendimento da determinação, sem necessidade de nova intimação para tanto.

Anexo 18 - Penalidades

3.8.1. Para efeito de cessação do cômputo da multa aplicável às infrações de natureza continuada, caberá à CONCESSIONÁRIA comunicar à ARTESP a retomada do cumprimento da obrigação contratual ou o atendimento da determinação fixada, apresentando provas inequívocas dos fatos alegados, mediante o encaminhamento de relatórios que contenham laudos, inclusive fotográficos, se necessário, ou por outros meios aptos à comprovação das informações apresentadas.

3.8.2. Nas infrações com multas de incidência mensal, a fração de mês será considerada como mês integral:

- (i) independentemente do número de dias, no primeiro mês em que ocorrer a infração;
- (ii) se igual ou superior a 15 (quinze) dias, nos demais meses.

4. TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES**COMUM A TODOS OS BLOCOS****Tabela A – Infrações Gerais**

REF.	DESCRIÇÃO	VALORES	INCIDÊNCIA
A - 01	Deixar de manter atualizado o inventário dos BENS REVERSÍVEIS no TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E PERMISSÃO DE USO DE ATIVOS.	0,500%	Mensal
A - 02	Não atender às disposições contratuais quanto à alienação de BENS REVERSÍVEIS.	0,075%	Por bem reversível, por mês.
A - 03	Deixar de apresentar relatório contendo as informações da CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO e da regulamentação expedida pela ANAC e pela ARTESP, e nos prazos definidos em tais atos, em especial todas as informações previstas no ANEXO 02 e no ANEXO 05, relativas a dados estatísticos de tráfego de aeronaves, passageiros e cargas processados no período, os valores arrecadados com as TARIFAS, bem como memórias de cálculo de valores devidos a título de OUTORGA VARIÁVEL.	0,100%	Mensal
A - 04	Deixar de dispor de banco de dados atualizado, em base eletrônica, apto a gerar relatório contendo as informações da CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO e da regulamentação expedida pela ANAC e pela ARTESP, e nos prazos definidos em tais atos, em especial todas as informações previstas no ANEXO 02 e no ANEXO 05, relativas a dados estatísticos de tráfego de aeronaves, passageiros e cargas processados no período, bem como os valores arrecadados com as TARIFAS.	0,125%	Mensal, Por Aeroporto
A - 05	Deixar de disponibilizar e/ou de manter atualizadas, de forma acessível, em seu sítio eletrônico, para fins de livre acesso e consulta pelo público em geral, as tabelas vigentes com	0,001%	Diária, Por Aeroporto

Anexo 18 - Penalidades

	os valores tarifários adotados.		
A – 06	Deixar de informar à ARTESP, ao público, às EMPRESAS AÉREAS e aos demais USUÁRIOS dos aeroportos, sempre que houver alteração das TARIFAS cobradas, o novo valor e a data de vigência com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.	0,025%	Por Evento
A - 07	Deixar de apresentar à ARTESP documentação técnica atualizada, contendo projetos <i>as built</i> , manuais, garantias e demais documentos, conforme aplicável, de todas as estruturas, equipamentos e sistemas do aeroporto.	0,050%	Mensal, Por Aeroporto
A – 08	Recusar o acesso a banco de dados, documentos, dados ou informações, quando requeridos pela ARTESP, durante auditoria ou inspeção.	0,125%	Por Evento
A – 09	Deixar de dispor de sistema de registro e tratamento das demandas relacionadas à prestação do serviço apto a gerar relatório contendo as informações sobre as manifestações recebidas, nos termos e prazos definidos no CONTRATO.	0,125%	Mensal, Por Aeroporto
A – 10	Deixar de apresentar à ARTESP os balancetes mensais de fechamento devidamente assinado por contador, conforme prazos estabelecidos no CONTRATO.	0,050%	Mensal
A – 11	Deixar de apresentar à ARTESP as demonstrações contábeis trimestrais, conforme os prazos estabelecidos no CONTRATO.	0,125%	Trimestral
A – 12	Deixar de apresentar à ARTESP ou de publicar as demonstrações financeiras anuais.	0,250%	Mensal
A – 13	Deixar de fornecer à ARTESP, nos prazos estabelecidos no CONTRATO e ANEXOS, quaisquer documentos e informações pertinentes à CONCESSÃO, inclusive financiamentos, investimentos, seguros, garantias, contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros, bem como alterações nesses ao longo da CONCESSÃO.	0,005%	Diária
A – 14	Deixar de apresentar o PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e demais normas vigentes.	0,010%	Diária, Por Aeroporto
A – 15	Deixar de apresentar, em cada evento, plano contendo as ações a serem realizadas para manter o nível de serviço estabelecido e o atendimento aos requisitos de infraestrutura, nos termos do CONTRATO.	0,005%	Diária, Por Aeroporto

Anexo 18 - Penalidades

A – 16	Deixar de apresentar o cronograma de realização dos investimentos nos prazos e condições dispostos no CONTRATO e ANEXOS ou fixados pela ARTESP.	0,005%	Diária, Por Aeroporto
A – 17	Deixar de enviar o projeto conforme construído das instalações aeroportuárias no prazo disposto em contrato.	0,005%	Diária, Por Aeroporto
A – 18	Deixar de apresentar o PGI ou quaisquer de suas revisões, ou apresentá-lo fora do prazo, nos termos estabelecidos no PEA.	0,010%	Diária, Por Aeroporto
A – 19	Não realizar consultas às partes interessadas relevantes conforme previsto na subcláusula 9.2.3.1 do CONTRATO.	0,125%	Por Evento
A – 20	Não submeter à prévia e expressa autorização da ARTESP a prática dos atos indicados no CONTRATO como dependentes de anuência prévia da ARTESP.	0,500%	Por ato não informado, por mês.
A - 21	Não informar à ARTESP no prazo fixado a prática de atos que dependem de comunicação à ARTESP, em até 05 (cinco) dias depois da consumação do ato, conforme estabelecido no CONTRATO e nos ANEXOS.	0,500%	Por ato não informado, por mês.
A – 22	Não comparecer, após devidamente comunicado, para assinar o CONTRATO, a Ordem de Serviço da Fase – I ou os Termos Aditivos Contratuais.	0,005%	Por dia de atraso.
A – 23	Deixar de manter capital social subscrito e integralizado, nas condições e conforme o mínimo estabelecido no CONTRATO.	1,000%	Mensal
A – 24	Reduzir o capital social da CONCESSIONÁRIA sem prévia aprovação da ARTESP.	5,000%	Por Evento
A – 25	Participar, por si ou por subsidiária integral, em outras sociedades, que não exclusivamente as subsidiárias integrais admitidas no CONTRATO e nos ANEXOS.	1,000%	Mensal
A – 26	Deixar de observar as isenções e os benefícios tarifários previstos em leis e normativos vigentes.	0,125%	Por Evento
A – 27	Realizar, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a CONCESSÃO sem a prévia e expressa anuência da ARTESP.	5,000%	Por Evento
A – 28	Celebrar acordos de acionistas no âmbito da CONCESSIONÁRIA, ou realizar quaisquer alterações posteriores sem a prévia aprovação da ARTESP.	0,250%	Por Evento

Anexo 18 - Penalidades

A – 29	Não manter as condições da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ao longo de todo o período da CONCESSÃO.	1,000%	Por Evento
A – 30	Viabilizar a participação societária de EMPRESAS AÉREAS, suas controladoras, controladas ou coligadas na CONCESSIONÁRIA.	5,000%	Por Evento
A – 31	Impedir o acesso da ARTESP, a qualquer tempo, a contrato que a CONCESSIONÁRIA celebrar para formalizar a utilização de espaços no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.	0,125%	Mensal, Por Contrato
A – 32	Deixar de assegurar o livre acesso para que as EMPRESAS AÉREAS ou terceiros possam atuar na exploração das RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS, observada a regulamentação vigente e o CONTRATO, inclusive quando da prestação direta desses serviços pela CONCESSIONÁRIA, ou de respeitar a vedação a práticas discriminatórias e abusivas, nos termos da legislação vigente e da regulamentação da ANAC.	0,250%	Mensal
A – 33	Celebrar contrato com PARTE RELACIONADA, para explorar atividades econômicas que gerem RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS sem observar os termos contratuais aplicáveis.	0,500%	Mensal
A – 34	Celebrar contrato que ultrapasse o PRAZO DA CONCESSÃO sem prévia anuência da ARTESP e SAC.	1,000%	Mensal
A – 35	Antecipar as parcelas que extrapolem o PRAZO DA CONCESSÃO em caso de contratos que envolvam a utilização de espaços no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO devidamente autorizados a ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO.	1,000%	Mensal
A – 36	Não efetuar os pagamentos relativos à OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO nas datas e prazos previstos no CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	0,250%	Mensal
A – 37	Efetuar pagamentos relativos à OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO a menor ou com aplicação de percentuais inferiores aos previstos no CONTRATO, ou ainda com base de cálculo inferior à RECEITA BRUTA.	0,250%	Mensal
A – 38	Realizar cobranças em desacordo com o Anexo 05 - Tarifas.	0,025%	Por Evento
A – 39	Estabelecer tarifação baseada em critérios não objetivos ou discriminatórios.	0,125%	Por Evento

Anexo 18 - Penalidades

A – 40	Não observar o TETO TARIFÁRIO estabelecido no Anexo 05.	0,125%	Por Evento
A – 41	Constituir como garantia dos financiamentos contratados, os direitos emergentes da exploração do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, sem prévia e expressa autorização da ARTESP.	1,000%	Por garantia constituída, por mês.
A – 42	Constituir como garantia dos financiamentos contratados ou como contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO as ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, sem prévia e expressa autorização da ARTESP.	1,000%	Por garantia constituída, por mês.
A – 43	Deixar de manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO nos valores e prazos estabelecidos no CONTRATO.	1,000%	Diária, Por Contrato
A - 44	Deixar de contratar ou manter em vigor, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as apólices de seguro, com vigência mínima de 12 (doze) meses, que garantam a continuidade e a eficácia das operações realizadas no Aeroporto, que sejam suficientes para as coberturas previstas no CONTRATO.	0,500%	Diária
A - 45	Não alcançar o padrão estabelecido para um mesmo INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO por mais de 3 (três) meses consecutivos ou alternados em um prazo de 12 (doze) meses.	0,015%	Mensal, a partir do quarto mês, Por Indicador
A - 46	Praticar ato que dê causa à caducidade da CONCESSÃO, observadas as condições previstas no item 5 deste ANEXO.	25%	Por Evento

Tabela B – Infrações Relacionadas a Obras e Investimentos (Grupo I)

REF.	DESCRIÇÃO	VALORES	INCIDÊNCIA
Comum a todos os aeroportos			
B-01	Deixar de cumprir a obrigação de manter o atendimento integral ao nível de serviço, de acordo com o PEA e o PGI, após o início da Fase II.	5,000%	Por Evento
B-02	Deixar de atender às Especificações Mínimas da Infraestrutura Aeroportuária, de acordo com o PEA e o PGI, após o início da Fase II.	0,500%	Mensal, Por Aeroporto

Anexo 18 - Penalidades

B-03	Deixar de executar os investimentos, ações e serviços de sua responsabilidade, de forma a prover capacidade adequada para o atendimento dos USUÁRIOS, de acordo com o PEA e o PGI, durante a Fase II.	1,000%	Mensal, Por Aeroporto
B-04	Deixar de adequar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, conforme os termos estabelecidos no PEA e no PGI para a Fase I-B.	1,250%	Mensal, Por Aeroporto

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 5.1. Na hipótese em que a CONCESSIONÁRIA der causa à caducidade da concessão, será aplicada multa equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta da CONCESSIONÁRIA e de suas eventuais subsidiárias integrais, nos termos do item 3.1 deste ANEXO.
- 5.2. O valor final da multa será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de a CONCESSIONÁRIA renunciar expressamente ao direito de apresentar recurso contra a decisão e reconhecer a prática da infração, no respectivo prazo.
- 5.3. A renúncia de que trata o item 5.2 constitui confissão de dívida e, portanto, caso não seja efetuado o pagamento da multa, a inadimplência constitui instrumento hábil e suficiente para a inscrição do crédito no Cadin e na Dívida Ativa, pelo seu valor originário.